

Dada a concepção externalista acerca dos conteúdos mentais proposicionais, cujo núcleo é a tese de que o conteúdo de um pensamento é dependente do contexto em que o sujeito o pensa, parece seguir-se uma consequência desastrosa que põe em risco a consistência dessa concepção: a validade e a invalidade de inferências não são transparentes ao sujeito que infere – o externalismo parece pôr em xeque a racionalidade inferencial.

A pesquisa consiste no exame de duas soluções propostas, a primeira das quais envolve a prova da existência necessária de uma função puramente preservativa da memória, cujo *modus operandi* é essencialmente irreflexivo, donde se segue que a defesa de uma concepção externalista sobre *conteúdo* mental envolve considerações de ordem *epistemológica*. A consequência mais notável dessa via argumentativa se resume assim: tem-se o conhecimento *a priori* sobre um estado de coisas *contingente*, a saber, o funcionamento da memória e, por extensão, da racionalidade.

A segunda solução proposta e examinada defende que está sempre aberta a perigosa possibilidade de inferir válida ou invalidamente sem que se reconheça a validade ou invalidade da inferência, e a responsabilidade do sujeito que infere, a fim de evitar a realização dessa possibilidade, repousa em saber *sobre o que* ele está pensando, aos moldes de uma adaptação do princípio de Russell. O trabalho mostra em qual sentido essas duas vias divergem e em qual elas convergem.